



LIBERTY MUTUAL SURETY BRASIL SEGUROS S.A.

CNPJ 58.138.452/0001-14

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, a Administração da Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em observância aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas internacionais de contabilidade (IFRS), quando aplicáveis.

Início das Atividades e Contexto Operacional: A Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. com sede na cidade de São Paulo - SP, iniciou suas atividades operacionais em julho de 2025, após a obtenção das autorizações necessárias junto à SUSEP através da Portaria DIORE/SUSEP nº 58, de 06 de Maio de 2025, com foco exclusivo na subscrição de Seguro Garantia, abrangendo operações destinadas aos setores público e privado. Durante este primeiro exercício social, a Administração concentrou seus esforços na estruturação da Companhia, incluindo definição de políticas técnicas e de subscrição, estabelecimento de processos de controle interno, bem como na formação de equipe especializada e no desenvolvimento do relacionamento com corretores e demais parceiros estratégicos.

Governança Corporativa, Controles Internos e Compliance: Desde o início de suas operações, a Companhia adotou práticas de governança corporativa compatíveis com seu porte e perfil de risco. Foram instituídas políticas e procedimentos voltados à integridade, ética, prevenção à lavagem de dinheiro, controles internos, compliance regulatório e segregação adequada de funções, com o objetivo de garantir a confiabilidade das informações financeiras e a segurança das operações.

Gestão de Riscos e Capital: A Seguradora estruturou sua política de gestão de riscos considerando as particularidades do Seguro Garantia, com ênfase na análise criteriosa dos riscos de crédito, subscrição, concentração, liquidez e operacional. O capital mantido ao longo do exercício mostrou-se compatível com o estágio atual das operações e com os requerimentos regulatórios aplicáveis, atendendo às exigências de solvência estabelecidas pela SUSEP.

Política de Equidade: A composição por gênero da estrutura organizacional apresenta equilíbrio, com 47% de profissionais do gênero feminino e 53% do gênero masculino. Observa-se maior representatividade feminina em posições de liderança, correspondendo a 80% das funções classificadas como “People Leader”, enquanto a Diretoria Estatutária conta com representantes de ambos os gêneros, sendo 33% do gênero feminino. A organização adota diretrizes formais voltadas à promoção de ambiente de trabalho inclusivo e livre de discriminação, assegurando condições para o pleno desenvolvimento de todas as pessoas colaboradoras.

Gênero	HC	Total Bruto	Remuneração	Percentual
F	9	1.641		50,2%
M	10	1.627		49,8%
Total	19	3.268		100,0%

Perspectivas: Para os exercícios seguintes, a Administração projeta a expansão gradual da carteira de Seguro Garantia, tanto no segmento público quanto no privado, com foco na qualidade da subscrição, disciplina técnica, fortalecimento da base de clientes e parceiros, bem como na eficiência operacional. A estratégia da Companhia permanece orientada para o crescimento sustentável e a geração de valor no longo prazo, em estrita observância às normas regulatórias e às melhores práticas do mercado segurador.

Agradecimentos: A Administração agradece aos acionistas pela confiança depositada, aos colaboradores pelo empenho e dedicação, aos parceiros, corretores e clientes pelo apoio e confiança ao longo deste primeiro ano de atividades. Reafirmamos nosso compromisso com a solidez financeira, a transparência, a conformidade regulatória e a sustentabilidade das operações.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

A Administração

Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

BALANÇO PATRIMONIAL							
	Notas	31/12/2024			Notas	31/12/2024	
	Explicativas	31/12/2025	(Não auditado)		Explicativas	31/12/2025	(Não auditado)
Ativo				Passivo			
Circulante		75.555	61.802	Circulante		71.569	156
Disponível		10.969	10	Contas a pagar	14	5.254	156
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.969	10	Obrigações a pagar	14.1	2.659	48
Aplicações	8	574	61.792	Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	1.781	—
Títulos de renda fixa		574	61.792	Encargos trabalhistas	14.3	814	—
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	46.012	—	Impostos e contribuições	14.4	—	108
Prêmios a receber	9.1	45.735	—	Débitos de operações com seguros e resseguros	15	43.178	—
Operações com seguradoras	9.3	277	—	Operações com seguradoras	15.1	3.285	—
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10	11.731	—	Operações com resseguradoras	15.2	32.396	—
Títulos e créditos a receber	11	1.488	—	Corretores de seguros e resseguros	15.3	7.497	—
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.421	—	Depósito de terceiros	16	1.827	—
Outros créditos		67	—	Provisões técnicas - seguros		21.310	—
Custos de aquisição diferidos	12	4.781	—	Danos	17	21.310	—
Ativo não circulante		98.928	—	Passivo não circulante		48.280	—
Realizável a longo prazo		98.590	—	Provisões técnicas - seguros		48.280	—
Aplicações	8	70.093	—	Danos	17	48.280	—
Títulos de renda fixa		70.093	—	Patrimônio líquido	19	54.634	61.646
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10	18.107	—	Capital social		61.500	61.500
Créditos das operações com seguros e resseguros		325	—	Reservas de lucros		194	146
Prêmios a receber	9.1	325	—	Ajustes de avaliação patrimonial		7	—
Custos de aquisição diferidos	12	10.065	—	Prejuízos acumulados		(7.067)	—
Imobilizado	13	338	—	Total do passivo e patrimônio líquido		174.483	61.802
Bens móveis		338	—				
Total do ativo		174.483	61.802				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras							

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Notas Explicativas	31/12/2024	
		31/12/2025	(Não auditado)
Prêmios emitidos	20.1	72.376	—
Variações das provisões técnicas de prêmios	20.2	(68.723)	—
Prêmios ganhos	20.3	3.653	—
Sinistros ocorridos	20.4	(809)	—
Custos de aquisição	20.5	(932)	—
Outras receitas e despesas operacionais		(11)	—
Resultado com operações de resseguro	20.6	(3.827)	—
Despesas administrativas	20.7	(11.525)	—
Despesas com tributos	20.8	(368)	(14)
Resultado financeiro	20.9	8.269	302
Resultado antes dos impostos e participações		(5.550)	288
Imposto de renda	20.10	—	(68)
Contribuição social	20.10	—	(26)
Participações sobre o resultado	20.11	(1.517)	—
Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício		(7.067)	194
Quantidade de ações		61.500.000	61.500.000
Lucro Líquido/(Prejuízo) por ação - R\$		(0,11)	0,00
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
	31/12/2024	
	31/12/2025	(Não auditado)
Lucro/(–) prejuízo do exercício	(7.067)	194
Ajustes de títulos e valores mobiliários	7	—
Total resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	(7.060)	194
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
	31/12/2024	
	31/12/2025	(não auditado)
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(7.067)	194
Depreciação e amortizações	58	—
Varição das provisões técnicas de seguros	69.590	—
Ajuste de avaliação patrimonial	7	—
Prejuízo/Lucro líquido ajustado	62.588	194
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(8.875)	(61.792)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(46.337)	—
Créditos tributários e previdenciários	(1.421)	—
Títulos e créditos a receber	(67)	—
Custos de aquisição diferidos	(14.846)	—
Ativos de resseguro e retrocessão diferidos	(29.838)	—
Obrigações a pagar	2.610	—
Impostos e encargos sociais a recolher	1.781	—
Encargos trabalhistas	814	48
Impostos e contribuições	(108)	108
Débitos de operações com seguros e resseguros	43.179	—
Depósito de terceiros	1.827	—
Caixa consumido pelas operações	(51.281)	(61.636)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra	—	—
Imobilizado	(396)	—
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(396)	—
Atividades de financiamento		
Capital Inicial	—	61.500
Dividendos propostos	—	(48)
Transferência de dividendos propostos para reserva de lucros	48	—
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	48	61.452
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	10.959	10
Caixa no início do período	10	—
Caixa no fim do período	10.969	10
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	10.959	10
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

conta prêmios.

3.4. Ativos não financeiros: Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para redução ao valor recuperável de ativos quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido pelas práticas contábeis adotadas, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa.

3.5. Imobilizado: O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme a expectativa de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a encerramento de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu.

3.6. Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento: Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros nos ramos de garantia para os setores público e privado que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Constituição da empresa	—	61.500	—	—	—	61.500
Aporte do capital social inicial	—	—	—	—	194	194
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	(10)	—
Constituição da reserva legal	—	—	10	—	(136)	—
Transferência para reserva estatutária	—	—	136	—	(48)	(48)
Dividendos propostos	—	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro 2024 (Não auditado)	—	61.500	146	—	—	61.646
Portaria DIORE/SUSEP nº 58	61.500	(61.500)	—	—	—	—
Transferência dos dividendos propostos para reserva de lucros	—	—	48	—	—	48
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	7	—	7
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(7.067)	(7.067)
Saldos em 31 de dezembro 2025	61.500	—	194	7	(7.067)	54.634
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
1. CONTEXTO OPERACIONAL A Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") foi constituída em 08 de novembro de 2024, conforme Instrumento Particular de Constituição da Sociedade e foi autorizada a operar pela Portaria DIORE/SUSEP nº 58, de 06 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2025. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240, 19º Andar, conjuntos 1901 e 1903 - Vila São Francisco, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04711-130. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Companhia são exercidos pela Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda. detém 100% do capital social da Companhia. A Companhia tem por objeto social e está autorizada operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo no seguinte grupo de ramo: • 07 - Riscos Financeiros (Garantias). A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 24 de fevereiro de 2026.	Pronunciamento	Descrição	Vigência
	IFRS 17 - Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.
	ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro	Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos.			
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			

As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados dos exercícios, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, e as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor.

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentadas, foram elaboradas nas mesmas bases, a fim de possibilitar a sua comparabilidade. Os valores relativos ao ano de 2024 não foram auditados.

2.2. Base para mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.4. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos: Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

2.6. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: Novas normas, alterações e interpretações de normas: A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

→ continuação

LIBERTY MUTUAL SURETY BRASIL SEGUROS S.A. - CNPJ 58.138.452/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. PASSIVOS FINANCEIROS

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **4.1. Contas a pagar:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação. **4.2. Benefícios a empregados:** A Seguradora possui plano de aposentadoria complementar em favor de seus empregados, para aqueles que optaram em participar, sob forma de plano de contribuição definida como Plano Fundo Gerador de Benefícios, administrado pela Itaú Vida e Previdência S/A. Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora registrou contribuições de R\$78 mil. A Seguradora não oferece nenhum benefício pós-emprego para seus empregados. **4.3. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda e são provisionadas quando mensuráveis. De acordo com a assessoria jurídica da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ações judiciais. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **4.4. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$240 no ano, e a contribuição social foi constituída pela alíquota de 15%. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração dos resultados, são controlados na escrituração fiscal. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a Cofins pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **4.5. Passivos oriundos de contratos de seguros:** A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos IFRS. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas adiante) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: (i) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída “pro-rata-die”, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo; (ii) A Provisão de Prêmios Não Ganhos referente aos Riscos Vigentes e ainda Não Emitidos (RVNE) é constituída conforme metodologia descrita e mantida em Nota Técnica Atuarial, e corresponde à parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não ocorreu e, por isso, não foram consideradas no cálculo da PPNG constituída na data-base referência; (iii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com na estimativa dos valores a indenizar, a partir do recebimento do aviso de sinistro, em valor suficiente para fazer frente aos compromissos futuros. Essa provisão é reavaliada mensalmente, até a liquidação ou encerramento do processo de regulação do sinistro. Quando necessário, ajustes de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR) serão considerados, visando a cobertura de insuficiências verificadas na estimativa do valor de abertura dos sinistros. Importante destacar que até o encerramento do exercício não havia avisos de sinistros registrados; (iv) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, através de metodologia própria estabelecida em nota técnica atuarial e visa cobrir sinistros ocorridos e ainda não avisados até o fechamento do mês de referência; (v) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) representa o montante esperado de despesas ainda não pagas ou suficientemente reservadas em relação aos sinistros ocorridos; (vi) A Provisão de Riscos Vigentes (PVR) tem por objetivo registrar, na database das demonstrações financeiras, os valores de prêmios pendentes de restituição aos segurados, relativos a contratos de seguros com riscos já extintos ou reduzidos, cuja vigência foi interrompida antes do prazo originalmente contratado. A provisão é constituída quando ocorre o cancelamento, rescisão ou alteração contratual que implique devolução total ou parcial do prêmio referente ao período de risco não decorrido, e reflete a obrigação da seguradora de restituir ao segurado os valores correspondentes, em conformidade com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis; (vii) O Custo de Aquisição Diferido (CAD) é constituído para parcelas dos custos de obtenção dos contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo de vigência já decorrido. São considerados custos de aquisição a serem diferidos as comissões de seguros angariados e os custos com aquisição de seguro diretamente atribuíveis à apólice. **4.5.1. Teste de adequação dos passivos:** Semestralmente, a Seguradora elabora o Teste de Adequação dos Passivos (TAP), conforme requerido pelo CPC 11, visando determinar se os passivos registrados atualmente estão adequados às obrigações decorrentes de todos os contratos e certificados de contratos de seguro vigentes, conforme estimativa de desembolsos futuros decorrentes dessas obrigações. O TAP de 31 de dezembro de 2025 foi realizado considerando metodologia baseada na estimativa correntes dos fluxos de caixa até a extinção das obrigações assumidas, deduzindo custos de aquisição diferidos diretamente relacionados, e incluindo despesas relacionadas aos sinistros, sendo que todos os contratos vigentes da Seguradora são estruturados no Regime Financeiro de Reparação Simples. Para o cálculo do referido teste, foram utilizadas premissas atuais, realistas e não tendenciosas condizentes com a realidade dos contratos de seguros vigentes da Seguradora, sendo desconsideradas renovações automáticas e novas vendas. Para as estimativas de sinistros a ocorrer do Grupo 07 (garantia), considerou-se a experiência do mercado para os ramos em que a Seguradora opera. As despesas administrativas são estimadas até o fim da vigência dos contratos vigentes, levando em consideração a experiência de carteiras anteriores dos mesmos ramos. Já a premissa de cancelamento considerou o histórico observado da carteira da Seguradora. As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros, ativos e passivos da Seguradora, foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ), estimada por meio dos parâmetros disponibilizados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Foram considerados os parâmetros pré-fixados para o grupo 07 (garantia). O desconto a valor presente foi realizado a partir dos vértices mensais dos fluxos de caixa. Como conclusão do Teste de Adequação de Passivos, realizado em conformidade ao disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas insuficiências de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro referentes aos seguros comercializados pela Seguradora. *Prêmios e contribuições registrados de PPNG*

Seguro de Danos	(a) PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG	(b) Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG
	53.877	15.167
Total	53.877	15.167

Ativos de resseguro e retrocessão

Seguro de Danos	Ativo constituído	Valor presente do fluxo de caixa relacionado ao ativo
	29.046	4.095

Outras provisões

Provisão	(a) Saldo da provisão constituída	(b) Valor presente do fluxo de caixa relacionado à provisão
IBNR	797	731
PSL + PDR	12	10
Total	809	741

4.6. Capital social: As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

5. RECONHECIMENTO DA RECEITA

5.1. Apuração do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. (i) Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco; e (ii) As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a outros resseguradores, pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. **5.2. Receitas de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **5.3. Resseguro:** A Seguradora mantém contratos de resseguro com uma única resseguradora pertencente ao mesmo grupo, conforme definido em sua política interna de transferência de riscos e em linha com sua estratégia de gestão de capital e retenção. O programa de resseguro vigente é composto por um contrato proporcional do tipo quotashare, com cessão de 80% dos prêmios e sinistros, e por um contrato não proporcional de excesso de danos, com o objetivo de limitar a exposição líquida da Seguradora a eventos de maior severidade. A estrutura contratada observa as disposições da Resolução CNSP nº 451/2022 e da Circular SUSEP nº 683/2022, assegurando conformidade com os limites regulatórios aplicáveis às operações de resseguro.

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de capital; • Análise de sensibilidade; e • Risco financeiro. **6.1. Gestão do risco de subscrição:** A Seguradora busca assumir o risco de seguro garantia que possa subscrever sob sua licença como seguradora local no Brasil. A Seguradora subscreve apenas seguro garantia com produtos como garantia de proposta, seguro de desempenho, adiantamento de contrato, garantia de retenção, etc. Seus segmentos alvo incluem construção, engenharia, setor eletrônico, petróleo e gás, transporte, defesa, construção naval, varejo, produtos farmacêuticos, telecomunicações, tecnologia, energia, imóveis, alimentos e bebidas. A Seguradora não estabeleceu tolerâncias de risco locais com base nos limites de subscrição ou na estrutura da carteira de seguros desde então: • Adere integralmente às diretrizes de subscrição aos níveis do Grupo, da Unidade de Negócios e do segmento de negócios que estabelecem limites, cartas de autoridades, referências; • Sua capacidade de subscrição de riscos deve enquadrar-se nos limites dos seus contratos de resseguro. (a) Mitigadores do risco de aceitação do produto - a aceitação dos riscos é administrada principalmente, pela precificação, seleção e critérios de pulverização. Há constante monitoramento em relação aos resultados auferidos de forma a propiciar a implementação e revisão das políticas de aceitação, a qual, em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. A Seguradora mantém uma carteira de seguros pulverizada e diversificada de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros sejam maiores do que o estimado; (b) Mitigadores do risco de subscrição - a política de subscrição da Companhia fundamenta-se nos 4 Cs — Capital, Capacidade, Caráter e Colateral — como pilares para avaliação e seleção de riscos. A análise combina critérios financeiros, operacionais e setoriais aplicáveis aos segmentos corporativo e PME, conforme diretrizes do manual. O processo decisório segue padrões globais de governança do grupo, com limites de autoridade definidos e requisitos formais de aprovação. Essa estrutura assegura consistência técnica, disciplina de risco e alinhamento ao apetite de subscrição da Companhia; (c) Mitigadores do risco de resseguro - a Seguradora possui programa de resseguro composto por contratos proporcionais e não proporcionais, incluindo *quotashare* com cessão de 80% e cobertura de excesso de danos, que limita a exposição líquida a eventos severos. O programa é revisado periodicamente, alinhado à política interna de transferência de riscos e às exigências regulatórias aplicáveis. A seleção e o monitoramento das contrapartes seguem critérios de qualidade técnica, regularidade e *rating*, reforçando a efetividade da transferência de risco; (d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - as provisões técnicas da Seguradora são avaliadas mensalmente por meio da realização de testes de consistência e semestralmente através do teste de adequação dos passivos de forma a averiguar a adequação dos saldos registrados considerando as premissas mais atualizadas e realistas em relação aos riscos assumidos pela Seguradora. **6.2. Gerenciamento de risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que os limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis. A exposição ao risco de crédito da Seguradora decorre principalmente das seguintes contrapartes: resseguradoras, emissoras de títulos de sua carteira de investimentos, corretoras e segurados. A Seguradora aceita um certo nível de risco de crédito dentro de suas tolerâncias por risco e requerimentos regulatórios, desde que seja inerente ou suporte sua atividade principal de subscrição de seguro garantia.

A tabela a seguir apresentada a composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Classificação	31/12/2025		
	Sem <i>rating</i>	BB	Valor de mercado
Caixa e Bancos	10.969	–	10.969
Prêmios a receber	46.060	–	46.060
Créditos tributários e previdenciários	1.421	–	1.421
Valor justo por meio de resultados abrangentes	1.119	69.548	70.667
Ativos pós-fixados	–	69.292	69.292
Públicos	–	69.292	69.292
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	69.292	69.292
Privados	1.119	256	1.375
Letras Financeiras	–	159	159
Debêntures	1.119	–	1.119
Notas de Crédito	–	97	97
Exposição máxima ao risco de crédito	59.569	69.548	129.117

31/12/2024 (Não auditado)		
Sem <i>rating</i>	BB	Valor de mercado
Caixa e Bancos	10	10
Valor justo por meio de resultados abrangentes	61.792	61.792
Privados	61.792	61.792
CDB DI Banco Itaú	61.792	61.792
Exposição máxima ao risco de crédito	61.802	61.802

O valor justo dos instrumentos negociados em um mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1. **6.3. Gerenciamento de risco de liquidez:** A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. A Seguradora aceita um certo nível de risco de liquidez dentro de suas tolerâncias por risco e requerimentos regulatórios, desde que seja inerente e apoie sua atividade principal de subscrição de seguro garantia. Como parte das Tolerâncias por Risco para Risco Estratégico, a Seguradora estabeleceu uma tolerância de risco para o índice de Cobertura de Reservas Técnicas requerido pela SUSEP, calculado sobre as demonstrações financeiras do final de mês. Este índice é uma medida da cobertura de liquidez das reservas técnicas. A Seguradora não estabeleceu tolerância por risco para o risco de liquidez relacionado a investimentos, mas segregará até 10% de sua carteira de investimentos para fins de liquidez e gestão de caixa. **6.4. Gerenciamento de mercado:** O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).

31/12/2025		31/12/2024 (Não auditado)	
Nível I	Valor de mercado	Nível I	Valor de mercado
Debêntures	1.119	1.119	–
Letras Financeiras	159	159	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	69.292	69.292	–
Notas de Crédito	97	97	–
CDB DI Itaú	–	61.792	61.792
Total	70.667	70.667	61.792

6.5. Gerenciamento de risco operacional: Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. A Seguradora reconhece que o risco operacional é inerente a seus processos de negócios. Assim, a Seguradora visa gerenciar o risco operacional de acordo com sua tolerância ao risco operacional. Os riscos operacionais identificados que estão se aproximando ou excedendo a tolerância estão sujeitos a um plano de mitigação monitorado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 as concentrações brutas de risco para os produtos da Seguradora, que incluem a RVNE e suas respectivas reversões estão distribuídas da seguinte forma:

31/12/2025					
Ramo	Centro - Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Garantia Segurado - Setor Público	9.028	1.880	127	47.692	5.288
Garantia Segurado - Setor Privado	8	84	–	8.219	50
Total geral	9.036	1.964	127	55.911	5.338

6.6. Gestão de risco de capital: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na Nota Explicativa nº 19 - e). **6.7. Análise de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Foi simulado como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no patrimônio líquido e resultado 31 de dezembro de 2025 e 2024:

31/12/2025					
Classe	Fator de risco	Premissas	Saldo Contábil	Variação no resultado	Impacto no resultado
Equivalentes de Caixa	Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	10.406	(36)	(0,8%)
	Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	10.406	36	0,8%
	Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	70.667	(242)	(5%)
Aplicações	Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	70.667	242	5%

31/12/2024 (Não auditado)					
Classe	Fator de risco	Premissas	Saldo Contábil	Variação no resultado	Impacto no resultado
Aplicações	Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	61.792	(206)	(106,0%)
	Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	61.792	206	106,0%

6.8. Gestão de riscos financeiros: A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/2024		
	31/12/2025	(Não auditado)
Bancos	563	10
Aplicação Fundo de Renda Fixa - Soberano	10.406	–
Total	10.969	10

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As movimentações das aplicações financeiras de renda-fixa são demonstradas adiante da seguinte forma:

31/12/2024					
(Não auditado)	Aplicação	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor de mercado	31/12/2025
Debêntures	–	1.822 (802)	99	–	1.119
Letras Financeiras	–	150	–	9	159
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	86.662 (21.652)	4.275	7	69.292
Notas de Crédito	–	91	6	–	97
CDB DI Banco Itaú	61.792	–	(65.669)	3.877	–
Total	61.792	88.725	(88.123)	8.266	7
Circulante					574
Não circulante					70.093

31/12/2024			
31/12/2023	Aplicação	Rendimentos	(Não auditado)
–	61.490	302	61.792
Total	61.490	302	61.792

8.1. Ativos em cobertura de provisões técnicas:

31/12/2025	
Letras financeiras do tesouro vinculadas	36.404
Total dos ativos em cobertura	36.404
Provisões técnicas - seguros	69.590
(–) Direitos creditórios	(34.220)
(–) Ativos de resseguro (IBNR, PDR)	(792)
(–) CAD redutora	(4.567)
Total a ser coberto	30.011
Excedente de cobertura	6.393

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1. Prêmios a receber:

		31/12/2025
Ramos		Prêmios a Receber de Segurados
Garantia Segurado - Setor Público - liderança		29.791
Garantia Segurado - Setor Privado - liderança		1.581
Garantia Segurado - Setor Público - cosseguro aceito		10.066
Garantia Segurado - Setor Privado - cosseguro aceito		3.519
RVNE		1.103
Total		46.060
		Circulante
		45.735
		Não circulante
		325

9.2a. Composição quanto aos prazos de vencimento:

31/12/2025	
A vencer	
A vencer de 0 a 30 dias	17.257
A vencer de 31 a 60 dias	6.308
A vencer de 61 a 90 dias	3.541
A vencer de 91 a 180 dias	4.802
A vencer de 181 a 365 dias	3.870
A vencer superior a 365 dias	325
Total	36.103
Vencidas	
Vencidas de 0 a 30 dias	5.909
Vencidas de 31 a 60 dias	831
Vencidas de 61 a 90 dias	2.280
Vencidas de 91 a 180 dias	937
Total	9.957
Total prêmios a receber	46.060

★ continuação

LIBERTY MUTUAL SURETY BRASIL SEGUROS S.A. - CNPJ 58.138.452/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9.2b. Movimentação dos prêmios a receber:

	31/12/2025	
Saldo prêmios a receber de segurados e congênere em 31/12/2024 (Não auditado)	—	
Prêmios emitidos riscos diretos e cosseguro aceito	82.234	
Prêmios cancelados riscos diretos e cosseguro aceito	(10.146)	
Prêmios cobrados e recebidos riscos diretos e cosseguro aceito	(27.131)	
Movimentação RVNE	1.103	
Saldo prêmios a receber de segurados e congênere em 31/12/2025	46.060	

9.3. Operações com seguradoras:

	31/12/2025	
Ramos	Prêmios Vencidos a Receber	Valores Líquidos a receber
Garantia Segurado - Setor Público	277	277
Total	277	277

10. ATIVOS DE RESSEGURO PROVISÕES TÉCNICAS

	31/12/2025				
	Prêmio de resseguro diferido	Comissão diferida de resseguros	IBNR Sinistros ocorridos, mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
Garantia Segurado - Setor Público	52.910	(26.343)	403	6	26.976
Garantia Segurado - Setor Privado	5.275	(2.796)	377	6	2.862
Totais	58.185	(29.139)	780	12	29.838
			Circulante		11.731
			Não Circulante		18.107

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

11.1. Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2025	
Antecipação de Imposto de Renda	882	
Antecipação de Contribuição Social	397	
COFINS a compensar	122	
PIS a compensar	20	
Total	1.421	

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	31/12/2024 (Não auditado)	Constituição	Reversão	31/12/2025
Garantia Segurado - Setor Público	—	13.674	(446)	13.228
Garantia Segurado - Setor Privado	—	2.104	(486)	1.618
Total	—	15.778	(932)	14.846
			Circulante	4.781
			Não circulante	10.065

13. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 31/12/2024 (Não auditado)	Aquisição	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Hardware	20%	—	150	(18)	132
Veículos	20%	—	245	(39)	206
Total bens móveis		—	395	(57)	338
Total imobilizado		—	395	(57)	338

14. CONTAS A PAGAR

14.1. Obrigações a pagar:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	
Fornecedores	644	—	
Aluguéis e condomínio a pagar	53	—	
Participações nos lucros a pagar	1.517	—	
Salários a pagar	17	—	
Dividendos propostos	—	—	48
Outras obrigações	428	—	
Total	2.659	—	48

14.2. Impostos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2025	
Imposto de renda retido de funcionários	197	
Imposto de renda retido de terceiros	1.316	
Imposto sobre serviços retido	64	
Contribuições previdenciárias	126	
Contribuições para FGTS	40	
Outros impostos e encargos sociais	38	
Total	1.781	

14.3. Encargos trabalhistas:

	31/12/2025	
Férias	603	
Encargos sobre férias	211	
Total	814	

14.4. Impostos e contribuições:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)	
Imposto de renda	—	—	68
Contribuição social	—	—	26
COFINS	—	—	12
PIS/PASEP	—	—	2
Total	—	—	108

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

15.1. Operações com seguradoras:

	Ramos	31/12/2025
Comercialização - cosseguro aceito		
Garantia Segurado - Setor Público		1.779
Garantia Segurado - Setor Privado		1.056
Subtotal		2.835
Cosseguro cedido emitido		
Garantia Segurado - Setor Público		120
Garantia Segurado - Setor Privado		330
Subtotal		450
Total		3.285

15.2. Operações com resseguradoras:

	31/12/2025		
Resseguradora Eventual	Prêmios Cedidos - Resseguros	Comissões - Resseguros	Prêmios de Resseguros Cedidos Líquidos
Garantia Segurado - Setor Público	54.495	(25.113)	29.382
Garantia Segurado - Setor Privado	3.962	(948)	3.014
Total	58.457	(26.061)	32.396

15.3. Corretores de seguros e resseguros:

	31/12/2025	
Garantia Segurado - Setor Público	7.102	
Garantia Segurado - Setor Privado	395	
Total	7.497	

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

De 1 a 30 dias	400
De 31 a 60 dias	26
De 61 a 120 dias	1.401
Total	1.827

A rubrica de "Depósitos de terceiros", é composta por valores recebidos efetivamente e ainda não baixados da rubrica de "Prêmios a Receber", configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.

17. PROVISÕES TÉCNICAS SEGUROS

17.1. Provisões técnicas:

	31/12/2025				
	Prêmios não ganhos	Provisão de Sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Despesas Relacionadas	Provisão para resgates e/ou valores a regularizar	Total
Garantia Segurado - Setor Público	62.130	411	6	59	62.606
Garantia Segurado - Setor Privado	6.593	385	6	—	6.984
Total Provisões Técnicas	68.723	796	12	59	69.590
				Circulante	21.310
				Não circulante	48.280

17.2. Provisões técnicas - movimentação:

	Saldo em 31/12/2024 (Não auditado)	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	—	72.376	(3.653)	68.723
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	—	796	—	796
Provisão de despesas relacionadas - PDR	—	12	—	12
Provisão para resgates e/ou valores a regularizar	—	59	—	59
Total	—	73.243	(3.653)	69.590

As garantias às provisões técnicas são demonstradas na Nota Explicativa nº 8.1.

18. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro. Até o encerramento do exercício não houve sinistros reportados, sendo a apresentação de desenvolvimento de sinistros aplicável apenas a estimativa de IBNR, estimativa essa considerada para sinistros ocorridos ainda não avisados administrativos

	31/12/2025	
Bruto de resseguro - administrativos		
Incorrido (+) IBNR		
- Até a data-base	797	
Posição em 31/12/2025	797	
	Pago Acumulado	
- Até a data-base	—	
Provisão de sinistro em 31/12/2025	—	

	Líquido de resseguro - administrativos	
	Incorrido (+) IBNR	31/12/2025
- Até a data-base		17
Posição em 31/12/2025		17
	Pago Acumulado	31/12/2025
- Até a data-base		—
Provisão de sinistro em 31/12/2025		—

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$61.500 (R\$61.500 em 2024) composto por 61.500.000 (61.500.000 em 2024) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. b) **Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. c) **Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos acumulados ou para aumento de capital social. d) **Lucro Líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações do capital social. e) **Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O CMR é o resultado do maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado. **Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR):**

	31/12/2025	
Patrimônio líquido	54.634	
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	431	
(=) Patrimônio líquido ajustado	55.065	
Capital-base (CB)	8.100	
Capital de Risco de Subscrição	4.173	
Capital de Risco de Crédito	5.196	
Capital de Risco Operacional	285	
Risco de Mercado	374	
Benefício da Correlação entre Risco	(1.497)	
Capital de Risco (CR)	8.531	
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre CB e CR)	8.531	
(R\$) Suficiência de capital	46.534	
(%) Suficiência de capital	545%	

20. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

20.1. Prêmios emitidos:

	31/12/2025				
Ramos	Emitido	Cancelado	Restituído	Cosseguro Cedido	RVNE
Garantia Segurado - Setor Público	73.452	(10.045)	(248)	(159)	1.015
Garantia Segurado - Setor Privado	8.782	(101)	—	(408)	88
Total	82.234	(10.146)	(248)	(567)	1.103

20.2. Variações das provisões técnicas de prêmios:

	31/12/2025	
Garantia Segurado - Setor Público	(62.130)	
Garantia Segurado - Setor Privado	(6.593)	
Total	(68.723)	

20.3. Prêmios ganhos:

	31/12/2025	
Garantia Segurado - Setor Público	1.885	
Garantia Segurado - Setor Privado	1.768	
Total	3.653	

20.4. Sinistros ocorridos:

	31/12/2025	
Ramos	Sinistros Ocorridos	Sinistralidade (%) (*)
Garantia Segurado - Setor Público	(418)	—
Garantia Segurado - Setor Privado	(391)	—
Total	(809)	—

(*) A Companhia não possui registro de sinistros avisados até o momento, os valores acima se referem à provisão do IBNR, portanto não há índices de sinistralidade.

20.5. Custos de aquisição:

	31/12/2025			
Ramos	Comissões sobre prêmios	Variação do custo de aquisição diferido	Total custos de aquisição	Índice de Comercialização (%)
Garantia Segurado - Setor Público	(13.674)	13.228	(446)	(24%)
Garantia Segurado - Setor Privado	(2.104)	1.618	(486)	(27%)
Total	(15.778)	14.846	(932)	(26%)

Os custos de comercialização são compostos por montantes referentes às comissões de seguro, sendo diferidos por ocasião de emissões dos contratos ou apólices e apropriados no resultado, de forma linear pelo prazo de vigência de cada apólice. Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios ganhos.

20.6. Resultado com resseguro:

	31/12/2025	
Ramos	Receita com resseguro	
Garantia Segurado - Setor Público	409	
Garantia Segurado - Setor Público	383	
Total	792	
	31/12/2025	
Ramos	Despesa com resseguro	
Garantia Segurado - Setor Público	(3.954)	
Garantia Segurado - Setor Privado	(665)	
Total	(4.619)	
Total do Resultado com resseguro	(3.827)	

20.7. Despesas administrativas:

	31/12/2025	
Pessoal próprio	(9.223)	
Serviços de terceiros	4.165	
Localização e funcionamento	(1.868)	
Publicidade e propaganda	(406)	
Publicações	(2)	
Total	(26)	
Total	(11.525)	

20.8. Despesas com tributos:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
COFINS	(166)	(12)
PIS	(27)	(2)
Taxa de fiscalização Susep	(174)	—
Outros tributos	(1)	—
Total	(368)	(14)

20.9. Resultado financeiro:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Receitas com equivalentes de caixa	141	302
Receitas com títulos de renda fixa privados	4.165	—
Receitas com títulos de renda fixa públicos	4.101	—
Total	8.407	302
Despesas financeiras		
Despesas financeiras eventuais - tarifas	(138)	—
Total	(138)	—
Resultado financeiro	8.269	302

20.10. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro real tributável. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota 15%. Os créditos diferidos relativos aos prejuízos fiscais estão sendo controlados na escrituração fiscal.

	31/12/2025		31/12/2024 (Não auditado)	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	(5.550)	(5.550)	288	288
Ajustes (adições / exclusões)	(1.527)	(1.527)	—	—
Base de Cálculo	(7.077)	(7.077)	288	288
Alíquota nominal - IRPJ 15% e CSLL 15%	—	—	43	26
Adicional 10% para IRPJ (Acima de R\$40)	—	—	25	—
Total de tributos	—	—	68	26

(*) Referem-se basicamente a adições/exclusões temporárias de provisões não dedutíveis.

20.11. Participação nos lucros:

	31/12/2025	
Provisão para participação nos lucros	(1.517)	
Total	(1.517)	

21. PARTES RELACIONADAS

a) **Transações com o pessoal-chave da Administração:** Estas transações são contabilizadas na rubrica "Despesas administrativas", compreendem a benefícios a curto prazo aos Administradores que foi de R\$2.961 em 31 de dezembro de 2025. b) **Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as empresas do Grupo, que obtiveram relações comerciais, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnicas CPC nº 5. As principais transações são: • Compartilhamento de despesas administrativas com a Liberty Mutual Consulting Brasil Ltda; e • Direitos e obrigações oriundos dos contratos de resseguro firmados com a Liberty Mutual Insurance Company.

	31/12/2025	
Ativo		
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		
Liberty Mutual Insurance Company	29.838	
Total Ativo	29.838	
Passivo		
Outras contas a pagar		
Liberty Mutual Consulting Brasil Ltda.	527	
Débitos de operações com seguros e resseguros		
Liberty Mutual Insurance Company	32.396	
Total Passivo	32.923	
Despesas		
Despesas de administrativas		
Liberty Mutual Consulting Brasil Ltda.	561	
Despesa Com Resseguros		
Liberty Mutual Insurance Company	4.619	
Total Despesas	5.180	

→ continuação

LIBERTY MUTUAL SURETY BRASIL SEGUROS S.A. - CNPJ 58.138.452/0001-14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reforma Tributária: Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), instituídos pela Emenda Constitucional nº 132/2023, os quais substituirão, de forma gradual, tributos atualmente incidentes sobre o consumo, incluindo PIS, COFINS e ISS. A Administração avaliou os potenciais efeitos da Reforma Tributária sobre as operações da Companhia, considerando que o setor de seguros está sujeito ao regime específico de tributação previsto na Lei Complementar nº 214/2025, aplicável às atividades de seguros, resseguros, previdência complementar e capitalização. Contudo, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram publicados os atos normativos infralegais necessários para a aplicação operacional do novo sistema, incluindo, entre outros: definição das alíquotas aplicáveis ao setor, critérios de apuração das bases de cálculo, regras de creditamento, parâmetros de segregação de operações e diretrizes relativas à emissão e escrituração dos documentos fiscais eletrônicos e declarações próprias do regime específico.

DIRETORIA			CONTADOR	ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO
Wellington Rosa dos Santos Diretor Presidente	Vanessa Toma Maeda Diretora de Compliance e Controles Internos	Rodrigo da Silva Oliveira Diretor Financeiro	Maurício Gonçalves Camilo Pinto CRC 1SP145786/O-7	Mariana Neves Aleixo Cabral Mathias Pereira MIBA 3398

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. São Paulo - SP
CNPJ: 58.138.452/0001-14
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de

evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2.043
Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP - Corporate Tower - Torre Norte, andar 6, conj. 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento

envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das financeiras contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O
Felipe Fanton Schiavo
Contador CRC- SP324473/O

www.libertymutualsurety.com/brazil

ESTADÃO

VODCAST

dois pontos

Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.



@estadao

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.

FOTO: PEDRO KIRILOS